

As raízes da resistência zapatista

*José Gaspar Bisco Junior**

Resenha

ARELLANO, Alejandro Buenrostro y. *As raízes do fenômeno Chiapas: o já basta da resistência zapatista*. Tradução de Maria Encarnacion Moya. São Paulo: Alfarrábio, 2002. 116 pp.

Em 2002, Alejandro Buenrostro y Arellano lançou o seu segundo livro analisando a guerrilha de Chiapas.¹ O autor mexicano apresenta ao leitor uma análise das condições de vida econômica, sociais e políticas, além das circunstâncias externas que os *tzeltales*² encontram no sudeste do México.

O livro salienta questionamentos que visa esclarecer o modo de vida das etnias indígenas que habitam o estado de Chiapas e como se tornou possível a estes desfavorecidos pelo sistema econômico e político do México emergir como um movimento armado e organizado, que traz consigo a dignidade e a esperança do povo Mexicano.

Para conseguir desbravar esta mata fechada que aponta para problemas que vão desde antes da Revolução Mexicana, Alejandro faz uma análise histórica da sociedade Mexicana, sua organização política, econômica e social, a influência das igrejas católicas e protestantes e as formas como os governantes enfrentaram os problemas da mestiçagem.

* Bacharel em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e mestrando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Ao analisar a vida econômica, social e política, o autor nos coloca em contato com dois Méxicos: o imaginário, que “se lança à difícil tarefa de substituir a realidade e não transformá-la”; e o México profundo, que “deseja criar condições para o desenvolvimento de uma sociedade pluricultural”. Este embate surge principalmente entre um choque de cultura: uma visa a modernidade, amparada nas leis de mercado e no desenvolvimento europeu e norte-americano, a outra, apresenta-se como um infortúnio para a primeira por estar ligada a valores antigos, a sociedade comunitária.

Alejandro apóia-se no conceito marxista, para compreender o problema indígena e camponês no México, de desenvolvimento desigual e combinado. Nos países subdesenvolvidos existe o crescimento de alguns ramos da produção e somente algumas regiões, o que gera um fortalecimento de apenas determinadas classes sociais, como a burguesia exportadora. Apoiado nisso o autor tece uma pequena análise do Estado de Chiapas visando a sua agricultura e base familiar. Sua população na maioria indígena, vive em pequenas terras que dependem das chuvas e, além dos desafios naturais, sofrem com crédito insuficiente, precária assistência técnica e poucos investimentos destinados à melhoria do solo. Não tendo como se manter nestas terras, muitos indígenas tornam-se *acasillados*, trabalhadores que vivem em condições semelhantes às existentes no sistema feudal. O fazendeiro é para os *acasillados*: patrão, *tienda de raya*³, agiota, intermediário diante das autoridades e padrinho – aquele que castiga e mata.

O problema de terras no México se alastra desde 1856, segundo Alejandro, quando os liberais aprovaram lei que pôs no mercado as terras do clero e as dos povos indígenas. Para analisar melhor esta questão, o autor busca uma das grandes conquistas da Revolução Mexicana: a criação dos *ejidos*. Estas terras comunais foram distribuídas no processo de reforma agrária iniciado após a revolução. Entretanto, os indígenas, ao receberem os *ejidos*, foram “submetidos ao controle político e econômico dos comissariados. Estes acabaram por assumir a figura do próprio cacique, desta vez indígena, utilizado e manipulado pela Secretária de Reforma Agrária (SRA) e pelas autoridades estatais e municipais”. Reproduziu-se o fenômeno do caciquismo com suas características de autoritarismo, repressão e despotismo próprios das formas de organização pré-capitalista.

Passando pela figura de Lázaro Cárdenas e salientando os períodos e as mudanças principalmente no campo (revolução verde) durante o século XX, Alejandro continua abordando os tramites e os conflitos entre o México pré-moderno capitalista e o México dos indígenas, voltados à comunidade e a cultura ancestral.

A situação começou a se agravar, e o autor deixa isto bem claro, com a chegada de pesquisadores da PEMEX⁴ na Selva Lacandona. A floresta, que se tornou casa para muitos indígenas, é rica não apenas em madeiras nobres e sim em petróleo. A selva abrange 614.321 hectares. Nela viviam 66 famílias lacandonas e 71 mil *choles e tzeltales*. No decreto presidencial publicado no Diário Oficial de 6 de março de 1972, Luis Echeverría concedeu aos lacandonos a totalidade da terra. Em março de 1977, o governo realizou convênio com os outros indígenas no qual estabelecia seu traslado aos novos núcleos de povoação próximos da Guatemala, em locais incomunicáveis e insalubres. Ao analisar este período, o autor apresenta o que seria o objetivo principal do governo mexicano materializado na anulação do artigo 27 da constituição. Com este decreto de anulação o governo pretende desarticular o conceito de *ejido* como patrimônio familiar e dar fim à distribuição de terras.

Para analisar o impacto da perda dos *ejidos*, o autor busca uma compreensão, de uma perspectiva indígena, daquilo que lhes é próprio e que foram contestados durante séculos pelas políticas indígenas dos países latino-americanos. Entre as origens de conflitos encontram-se os elementos: terra (concebida pelos indígenas com grande riqueza de funções); o modo de produção de bens (materiais) que servem à reprodução das condições de vida, intimamente relacionada à terra; a autonomia das etnias e, por último, vinculada a esta, a concepção de nação.

Buscando uma análise bidimensional das causas dos problemas dos indígenas de Chiapas, o autor se prontifica a examinar as políticas que caracterizaram as diversas instituições governamentais no Estado de Chiapas a partir de seus antecedentes. Dentre estas instituições governamentais está o INI (Instituto Nacional Indígena); SRA (Secretaria de Reforma Agrária); Secretaria da Educação; a Comissão Nacional de Subsistência Popular (CONASUPO); o Instituto Mexicano do Café (INMECAFE); os Centros de saúde; o Programa Rural de Assistência Médica (COPLAMAR) e a organização política e de justiça do Estado e Municípios.

O INI foi fundado em 1948 com o projeto de integração regional. Essa integração iria servir como forma de “modernização” das áreas mais abastarda, buscando uma maior distribuição das riquezas e tecnologias. Entretanto, no congresso nacional indígena desfecho que fosse agradável à elite, principalmente a elite agro-exportadora.

Entretanto, mesmo com as “tentativas” de se buscar uma solução para a questão indígena, a institucionalização do *ejido* se fez motivada pelo estabelecimento de um tipo de cooperativa sob orientação do Estado. O artigo 27 que garantia as terras comunitárias foi

totalmente modificado pelo Congresso mexicano em 1992, com o presidente Carlos Salinas de Gortari atendendo a uma exigência dos Estados Unidos para a realização do Tratado de livre comércio. Os indígenas, a partir dessa data, perderam a propriedade comunal, que pode ser vendida e confiscada pelos bancos, eliminando-se qualquer limitação legal ao tamanho das propriedades rurais. Portanto, os indígenas perderam a sua maior riqueza, a terra.

A história mostra que o interesse oficial pela aparente integração do indígena significava a perda de sua identidade. Novamente, segundo Alejandro, o governo impôs outra ordem.

Alejandro inicia um trajeto de análise em seu livro, das atividades da Igreja protestante e católica, principalmente no estado de Chiapas. De uma forma cronológica, o autor busca apresentar a presença dos missionários na relação direta com os indígenas.

Os primeiros protestantes a chegar ao sudeste do México foram os protestantes. Estes iniciaram sua pregação nesta região devido ao Plano Cincinnati de 1914, que repartiu o território de interesses para que diversos grupos comesçassem as atividades evangélicas. A presença protestante manteve-se durante todo o século XX em Chiapas, recebendo inclusive apoio Norte Americano que defendia a idéia de que o processo de urbanização aproximaria o país do modelo de vida norte-americano e provocaria a paulatina desapareção dos indígenas. A presença protestante tornou-se maior após grande expansão em 1975 com a chegada dos Adventistas do Sétimo Dia e os Pentecostais.

Sua forma de trabalhar, além do ideal missionário de traduzir a bíblia em todos os idiomas e dialetos, era a convicção de que é mais fácil uma pessoa aceitar uma proposta ideológica e, sobretudo, religiosa quando está separada da sua comunidade de origem. Desta forma, após a aceitação da fé, o indígena rompia com sua cultura e "seguiu a palavra de Deus" em busca de melhoria econômica individual.

A igreja católica só inicia uma atuação mais direta devido à presença do protestantismo. Buscavam uma maior confiança dos indígenas e das autoridades locais, para com isso, exercerem uma atividade mais direta de catequização.

A atuação dos católicos sofreu diversas mudanças devido às resoluções dadas pelo Concílio Vaticano II, que pregava menos dogmatismo e maior diálogo com a realidade dos povos. "(...) romper, portanto, com posições impositivas, paternalistas, assistencialistas, decorrentes da falsa visão de considerar os indígenas indivíduos dignos de compaixão, espiritual e materialmente carentes, seres inferiores e sem cultura".

Nas palavras dos próprios agentes, essa nova postura significava o respeito e a valorização dos indivíduos e sua cultura; defesa da terra, da justiça, da liberdade, da esperança e da solidariedade com os marginalizados, identificando, interpretando e julgando seu papel histórico na realidade.

De frente para os avanços ocidentais, os indígenas mantiveram uma prática social e política de reelaboração do que foi imposto pelo império como uma forma digna de resistência. Essa identidade baseia-se na sua unidade socioeconômica, que caracteriza a agricultura tradicional.

A reelaboração do imaginário dos diversos movimentos organizados dava-se por meio das novas experiências vividas durante a migração para oferecer mão-de-obra e buscar terras na Selva Lacandona.

O grande erro dos tecnocratas, segundo Alejandro, que dirigiram as reformas do artigo 27 da Constituição foi não reconhecer a existência de outra modernidade rural, construída pelo próprio movimento camponês desde os anos 70.

Depois de toda esta cronologia da luta, o autor inicia uma pequena análise, que foi tratada mais incisivamente em seu primeiro livro intitulado de *Chiapas: construindo a esperança*, do surgimento do EZLN em 1º de janeiro de 1994. Estes se apresentaram com armas de fogo e com o rosto coberto, para confirmar que a luta não tem rosto nem nome diante da sociedade, pois sempre foram vítimas de repressão.

Na verdade, de acordo com Alejandro, o rosto apareceu coberto para que todos os identificassem, ao mesmo tempo era uma defesa e um signo.

A proposta política é entendida como luta, não pela tomada do poder, mas para exercitá-lo. Luta por democracia, liberdade e justiça, não importando quem esteja no poder. Com isso, o autor procura evidenciar uma das características principais dos zapatistas, pois se apresenta como uma luta que não busca o poder, mas uma conscientização das pessoas para que os governantes “governem obedecendo”.

Alejandro Buenrostro y Arellano portanto, utiliza-se de todo o século XX para remontar um processo de modernização Mexicana e o conflito gerado entre estas ambições e a cultura indígena principalmente no Estado de Chiapas e, ao fazer está análise cronológica, procura apresentar ao leitor as raízes que deram origem ao levante armado zapatista em 1994.

Notas

- ¹ ARELLANO, Alejandro Buenrostro y. Chiapas: construindo a esperança. São Paulo, Boitempo, 2000.
- ² Povo indígena de origem maia, com língua própria e localizado nos Altos e no norte de Chiapas.
- ³ Espécie de armazém de propriedade do fazendeiro onde o camponês a seu serviço adquire produtos de primeira necessidade e acaba por contrair dívidas infundáveis, pagas com seu trabalho, mantendo-se assim atrelado ao patrão.
- ⁴ Estatal petrolífera do México.